



QUESTÃO 01 - DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

“O programa da Nova Ordem Económica Internacional lançado pela ONU em 1975, com vista a criar uma maior solidariedade entre o Norte e o Sul, redundou num total fracasso, sobretudo depois que os países do Norte conseguiram reciclar os excedentes de petrodólares e, por essa via, absorver a ameaça que inicialmente lhes pôs a OPEP, e depois também que os governos conservadores chegaram ao poder nos EUA, na Inglaterra e na Alemanha, inflamados do fogo neoliberal da desregulamentação, do corte da ajuda externa e dos subsídios, da abertura das economias do Sul empurradas para a exportação a fim de cumprir com os encargos da dívida externa em que entretanto foram armadilhados.

Para além dos poucos países do Sul que nesta década conseguiram beneficiar das transformações da economia mundial, a esmagadora maioria perdeu, e uma parte dela atingiu uma situação de colapso que se manifesta de múltiplas formas: na perda da pouca soberania efectiva dos Estados periféricos, que ficaram mais e mais sujeitos aos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI; na conturbação interna, na violência urbana, nos motins dos esfomeados, na má nutrição; e finalmente na degradação do ambiente que, se não foi originada pela dívida externa, foi quase sempre agravada pela necessidade de aumentar as exportações de modo a fazer face aos encargos da dívida. A fome e a má nutrição aumentaram significativamente nas duas últimas décadas e a economia política internacional da alimentação é talvez, mais que nenhuma outra, reveladora das trocas desiguais entre o Norte e o Sul.

(Texto extraído do livro ‘Pela mão de Alice’, de Boaventura de Sousa Santos. Cortez Editora, S. Paulo, 2008, p. 293/295).

Considerando que a Flexibilização e a Desregulamentação são duas tendências atuais do mundo do trabalho, que afetam o direito do trabalho brasileiro, indaga-se: existem limites entre o direito negociado e o direito legislado no Brasil? Fundamente com base na jurisprudência e doutrina dominantes.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
VII Concurso para Juiz do Trabalho Substituto

QUESTÃO 02 - DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

O Sindicato dos Motoristas e o Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de São João dos Navegantes firmaram Convenção Coletiva para estabelecer uma jornada diária corrida de sete horas e vinte minutos para os motoristas e cobradores. Ocorre que, ao tomar conhecimento da CCT, o Ministério Público do Trabalho não concordou com a jornada e resolveu entrar com ação para invalidar a cláusula convencional. Tem razão a insatisfação do MPT? Qual o argumento que o MPT poderá utilizar em sua ação? Fundamente considerando a posição dominante no Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 03 - DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Diante da relevância das normas internacionais de proteção da criança e do adolescente contra a exploração econômica, quais são e de que forma as convenções e recomendações internacionais integram e influenciam o direito brasileiro? Aponte exemplos dessa influência no direito constitucional brasileiro.

QUESTÃO 04 - DIREITO PENAL

Discorra sobre o tipo objetivo, tipo subjetivo, sujeito ativo e sujeito passivo do crime de Atentado contra a Liberdade de Associação.

QUESTÃO 05 - DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Diferencie Execução provisória e Execução definitiva no Processo do Trabalho. Quais os limites e características de cada uma? É possível no Processo do Trabalho a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil, à luz das novas regras relativas ao cumprimento de sentença?



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
VII Concurso para Juiz do Trabalho Substituto

QUESTÃO 06 - DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tendo contra si uma sentença desfavorável no valor atualizado de R\$ 500 mil, prolatada nos autos de uma ação civil de reparação de danos proposta por TÚLIO perante o foro estadual da capital, local onde possui domicílio - sentença esta já confirmada pelos Tribunais e pendente apenas de trânsito em julgado -, CAIO vendera a SÓCRATES, adquirente de boa-fé, uma fazenda de sua propriedade localizada no interior do Estado, local onde CAIO possui residência, pelo valor de R\$ 1 milhão. Iniciada a fase executiva do processo de indenização e tendo TÚLIO tomado conhecimento desse negócio jurídico, peticionara nos autos da ação de reparação e nestes mesmos autos lhe fora deferida, liminarmente, a anulação da compra e venda feita entre CAIO e SÓCRATES, fazendo assim incidir normalmente sobre o referido imóvel a penhora para garantia do pagamento da condenação.

Diante dessa situação, pergunta-se:

- a) Qual a medida processual adequada para defender os interesses de SÓCRATES? Justifique sua resposta.
- b) Analisando-se tanto do ponto de vista formal, quando do ponto de vista do direito material, está ou não correta a decisão do juiz ao anular o negócio jurídico celebrado entre CAIO e SÓCRATES? Caso esteja correta, justifique sua resposta. Caso não esteja, aponte qual ou quais seriam os erros.
- c) Qual o principal efeito do reconhecimento da “fraude contra credores” e/ou da “fraude à execução” em relação ao imóvel adquirido pelo terceiro de boa-fé? Justifique sua resposta com base no moderno entendimento doutrinário e jurisprudencial a respeito do tema.

QUESTÃO 07 – DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO EMPRESARIAL

- a) Empresa privada está obrigada a indenizar danos ou furtos de (ou havidos em) veículos estacionados em vagas disponibilizadas gratuitamente aos seus clientes?
- b) Há distinção nessa resposta caso o estacionamento seja disponibilizado por órgão da Administração Pública direta? Justifique cada uma das respostas, inclusive com base na lei e no entendimento doutrinário e jurisprudencial sobre o tema. Caso qualquer delas seja positiva, indique também, necessariamente, qual a natureza (contratual ou extracontratual) e o(s) fundamento(s) jurídico(s) da indenização.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
VII Concurso para Juiz do Trabalho Substituto

QUESTÃO 08 – DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Responda, justificadamente, o seguinte:

- a) Existe diferença entre coisa julgada formal e coisa julgada material?
- b) No direito brasileiro é possível a “relativização” da coisa julgada? Caso positivo, em quais hipóteses e baseada em quais princípios?
- c) Existe diferença entre os efeitos da coisa julgada no processo individual e no processo coletivo? Caso positivo, qual(is) diferença(s)?

QUESTÃO 09 - DIREITO ADMINISTRATIVO

Discorra sobre o direito fundamental à boa Administração Pública com esteio na Carta Básica de 1988. Ressalte, ainda, as possibilidades e os limites do controle jurisdicional que pode incidir sobre as atividades da Administração Pública.

QUESTÃO 10 - DIREITO CONSTITUCIONAL

O Professor Jorge Miranda reitera: “(...) a Constituição é para as pessoas, e não as pessoas para a Constituição.” (Direitos fundamentais e interpretação constitucional. Revista do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Porto Alegre, 1998, v.9, n.30, p. 22-34/ p.34).

Contudo, em que pese a centralidade da pessoa humana no interior das Constituições Democráticas, não se pode desmerecer que as normas constitucionais apresentam níveis de eficácia diferenciados.

Assim, analise as modalidades de eficácia jurídica concernentes às normas constitucionais, destacando, ainda, as cargas eficaciais que são comuns a todas as normas de direitos fundamentais, inclusive àquelas que carecem de uma *interpositio legislatoris*.